

A Avaliação da Ciência em Portugal: Da Multiplicação das Entidades à Opacidade dos Processos

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.7>

Paulo Serra

LabCom, Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

<https://orcid.org/0000-0001-7821-3880>

paulo.serra@labcom.ubi.pt

Resumo

Tendo como ponto de partida a criação e desenvolvimento dos programas de doutoramento por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o texto que se segue, na sua primeira parte, analisa criticamente, o atual modelo de avaliação e gestão da ciência em Portugal por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; e, na sua segunda parte, delineia um modelo de avaliação e gestão de ciência mais democrático que o atual, situado a meio caminho entre a “república da ciência” de Polanyi (1962) e a luta entre comunidades e paradigmas científicos de Kuhn (1962).

Palavras-chave

avaliação de ciência, democracia, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, gestão de ciência

Introdução

Este texto surgiu a propósito do encontro de encerramento do Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, que teve lugar na sala de atos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em 15 de dezembro de 2021.

Os programas de doutoramento Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), criados no consulado de Miguel Seabra como presidente da Fundação (2012–2015) e de Nuno Crato como ministro da Educação e Ciência (2011–2015) – e de que é exemplo o Doutoramento em Estudos de Comunicação (iniciado em 2013) – são, simultaneamente, um bom e um mau exemplo das práticas de avaliação e gestão de ciência por parte da FCT.

São um bom exemplo, pelo menos, em três aspetos essenciais:

- Possibilidade de colaboração entre várias unidades de I&D e várias universidades na criação de programas de doutoramento;
- Atribuição direta de bolsas de doutoramento e outras verbas aos programas de doutoramento (ainda que muito menos que as pretendidas);
- Autonomia das unidades de I&D e dos programas de doutoramento na atribuição e gestão dessas bolsas de doutoramento e outras verbas.

No entanto, estes aspetos positivos são diminuídos ou mesmo anulados por outros aspetos que fazem com que os programas de doutoramento FCT se tenham tornado maus exemplos. Referimo-nos, em concreto, aos seguintes:

- Tentativa de curto-circuito da FCT às competências das universidades e à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), ao pretender assumir a responsabilidade pela criação e gestão dos programas de doutoramento no país (o que contraria a lei em vigor);
- Burocracias de diversa ordem na aprovação dos programas de doutoramento, bem como na atribuição das bolsas de doutoramento e outras verbas;
- Atrasos constantes na atribuição dos financiamentos e nos pagamentos, acontecendo que, nalguns casos, os pagamentos foram feitos quando os programas estavam a terminar ou já tinham mesmo terminado.

Contudo, o escopo deste texto é mais amplo que a análise desse tipo de doutoramentos: ele visa, numa primeira parte, analisar criticamente o atual modelo de avaliação e gestão da ciência em Portugal por parte da FCT e, numa segunda parte, delinear um modelo de avaliação e gestão de ciência mais democrático que o atual, a meio caminho entre a “república da ciência” de Polanyi (1962) e a luta entre comunidades e paradigmas científicos (Kuhn, 1962).

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Avaliação da Ciência em Portugal

A Multiplicação das Entidades

Guilherme de Ockham (séculos XIII/XIV) é sobretudo conhecido, na história da filosofia, pelo princípio da parcimónia ou princípio da economia, vulgarmente designado como “navalha de Ockham”. Apesar do seu caráter lógico-metodológico, o princípio da parcimónia é entendido geralmente num sentido ontológico, sendo vulgarmente enunciado do seguinte modo: “os entes (ou as essências) não devem ser multiplicados sem necessidade’ (*entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem ou essentia non sunt multiplicanda sine necessitate*)” (Borges & Strefling, 2019). Se procurarmos na história da ciência, talvez um dos melhores exemplos de aplicação do princípio da parcimónia seja a defesa do heliocentrismo e das órbitas elípticas por Copérnico que, assim, consegue eliminar todo o conjunto complexo de epiciclos, equantos e aferentes que sustentavam a defesa do geocentrismo e das órbitas circulares pelo sistema de Ptolomeu.

A avaliação da ciência em Portugal é, quanto a nós, um outro exemplo claro da multiplicação das entidades, a necessitar de uma boa “navalha de Ockham”.

De facto, a avaliação da ciência e dos cientistas, em Portugal, envolve vários objetos e vários intervenientes, de uma forma que não se pode considerar nem consistente nem coerente.

Temos, em primeiro lugar, a avaliação feita e promovida pela FCT. Ela incide, no essencial, em unidades de I&D, projetos de investigação, bolsas de doutoramento e concursos de estímulo ao emprego científico, sendo levada a cabo por painéis e avaliadores nacionais e/ou estrangeiros cujos processos e critérios de escolha e nomeação são em regra desconhecidos (voltarei adiante a este tema).

Temos, em segundo lugar, e dado que a ciência em Portugal envolve um conjunto de docentes e investigadores que, na sua maioria, estão integrados em instituições de ensino superior (IES) e que, ao longo da sua carreira, são avaliados por essas instituições no que se refere ao seu desempenho científico, pedagógico e de outras atividades relevantes, a avaliação da ciência feita por professores catedráticos ou coordenadores das respetivas áreas científicas.

Temos, em terceiro lugar, a avaliação de artigos e livros que é levada a cabo pelos conselhos editoriais e revisores de revistas e editoras de natureza científica, e cujos resultados são (ou têm sido) altamente valorizados – em termos de “fator de impacto” – na avaliação feita quer pela FCT, quer pelas IES.

Esta multiplicação das entidades avaliadoras ilustra, também, aquilo que alguns académicos consideram a “esquizofrenia” que a FCT instaurou no sistema científico nacional a partir da sua criação em 1997, 20 anos depois da JNICT (Fidalgo, 2015).

Essa duplicação verifica-se, desde logo, nos contributos que cada um dos tipos de instituições – FCT por um lado, IES por outro – fornece ao chamado Sistema Científico e Tecnológico Nacional. No caso das IES, elas fornecem:

- Instalações e grande parte dos equipamentos, bem como a respetiva manutenção;
- Vencimentos dos docentes/investigadores;
- Projetos com verbas próprias ou ganhas em concursos que não são promovidos pela FCT e que, nalguns casos, ultrapassam em muito as dos projetos da FCT.

No caso da FCT, ela assegura o financiamento das unidades de I&D e Laboratórios Associados, dos projetos aprovados no concurso de projetos de I&D em todos os domínios científicos, das bolsas de doutoramento atribuídas no âmbito do concurso de bolsas de doutoramento, e dos investigadores contratados ao abrigo do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – individual e institucional.

O que se destaca, desde logo, na relação entre a FCT e as IES é a independência relativa dos coordenadores das unidades de I&D perante as direções das IES, e dos investigadores responsáveis pelos projetos de investigação perante os coordenadores das unidades de I&D e as direções das IES, ou seja: como investigadores, respondem perante a FCT; como investigadores e docentes respondem perante as IES. Esta situação oscila, muitas vezes, entre a contradição e a redundância: o que é bom num lado, não o é no outro; e há o que se repete em ambos os lados.

A Opacidade dos Processos

A opacidade dos processos de avaliação e gestão da ciência por parte da FCT assume múltiplas formas, de que destacamos em seguida algumas que nos parecem essenciais.

Os Conselhos Científicos da FCT. A opacidade na avaliação e gestão da ciência por parte da FCT revela-se, no essencial, nos processos de constituição dos conselhos científicos das áreas (ciências exatas e da engenharia, ciências da vida e da saúde, ciências naturais e do ambiente, ciências sociais e humanidades) e dos diversos painéis de avaliação, sendo os critérios utilizados para essa constituição totalmente desconhecidos dos responsáveis das unidades de I&D, das associações científicas, das empresas, dos cidadãos em geral (isso apesar de se propalar a “ciência cidadã” ou, pelo menos, a aproximação da ciência e dos cidadãos).

Particularmente relevante, neste contexto, é a ignorância das associações científicas das diversas áreas por parte da FCT. Como refere Ana Delicado (2020):

mesmo ao nível da Fundação para a Ciência e Tecnologia, os Conselhos Científicos de Ciências Exatas e da Engenharia, das Ciências da Vida e da Saúde, das Ciências Naturais e do Ambiente e das Ciências Sociais e Humanidades são compostos por indivíduos escolhidos pela sua pertença institucional, sem que as sociedades científicas da área sejam ouvidas na sua seleção. No fértil domínio das políticas científicas das últimas décadas, as associações científicas primam pela ausência. Legislou-se sobre carreiras científicas, bolsas, instituições de investigação, avaliação, emprego científico. Em nenhum diploma se referem as associações científicas. E, tanto quanto se sabe, em nenhum caso foram consultadas (à exceção, claro, dos sindicatos e associações que representam bolseiros e investigadores). (pp. 44–45)

Há (ou melhor, houve), no entanto, exceções pontuais à regra de não ouvir os investigadores nos processos de tomada de decisão:

o Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), constituído por esta Fundação em 2010, elaborou em 2011, um programa estratégico, de

aplicação até 2020, para o desenvolvimento e a consolidação desta vasta área científica, em torno de uma agenda com seis tópicos: internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação, disseminação do conhecimento e relação entre as políticas científicas nacional e comunitária. Reuniu-se, ao longo de 2011, com os responsáveis das 132 unidades de investigação desta grande área transdisciplinar, o que nunca havia acontecido na história da FCT nem fora preocupação do Conselho homólogo que o precedeu. (Martins, 2012, p. 331)

Os painéis de avaliação da FCT. O mínimo que se pode dizer acerca da constituição dos diversos painéis de avaliação da FCT é que ela evidencia alguma inconsistência, em particular no que diz respeito ao caráter nacional ou estrangeiro dos seus membros – sendo que a questão do recurso a avaliadores estrangeiros é uma espécie de dogma da FCT, que vê aí a forma de garantir uma avaliação “independente”, “objetiva” e “imparcial”. Assim, as unidades de I&D e os projetos de investigação são avaliados, exclusivamente, por especialistas estrangeiros; as bolsas de doutoramento são avaliadas, exclusivamente, por especialistas nacionais; os laboratórios associados são avaliados por especialistas nacionais e estrangeiros.

Sublinhe-se, desde já, que a questão da natureza internacional não garante, por si só, a independência, objetividade e imparcialidade em relação aos investigadores nacionais; aliás, tendo em conta a existência de redes invisíveis (ocultas) entre avaliadores estrangeiros e avaliados nacionais, nomeadamente no âmbito da European Communication Research and Education Association, da International Association for Media and Communication Research e de projetos transnacionais, essa é mesmo uma falsa questão (Serra, 2020). O que garantirá a independência, objetividade e imparcialidade dos avaliadores em relação aos avaliados não será, portanto, a sua nacionalidade, mas a sua ancoragem a uma sólida ética da investigação. A não ser assim, teríamos de concluir que existiria independência, objetividade e imparcialidade na avaliação das unidades de I&D e de projetos de investigação, mas não já na avaliação de bolsas e laboratórios associados...

Tal como o mostra a já relativamente longa experiência de avaliação dos cursos pela A3ES, o ideal seria mesmo termos painéis mistos, com avaliadores nacionais e estrangeiros.

Contudo, independentemente do caráter nacional ou estrangeiro dos membros dos painéis de avaliação, ninguém sabe quem sugere os coordenadores (que, por sua vez, sugerem os vogais), mediante que mecanismos, ou com que critérios.

Os concursos de projetos da FCT. A avaliação feita pelos painéis da FCT relativamente a projetos de investigação obedece, claramente, a determinadas agendas e, dentro destas, a certos paradigmas dominantes, como o evidencia a lista de projetos aprovados em 2020 e 2021 (para não irmos mais longe) patente na Tabela 1.

Tabela 1 Concurso de Projetos em todos os Domínios Científicos aprovados no painel de “Média e Comunicação”.

Ano do concurso	Título do projeto	Investigador responsável	Instituição proponente
2020	<i>Mediated Young Adults' Practices: Advancing Gender Justice in and Across Mobile Apps</i>	Inês Amaral	Universidade de Coimbra
	<i>MediaTrust.Lab - Local Media Lab for Civic Trust and Literacy</i>	Pedro Jerónimo	Universidade da Beira Interior
	<i>Study on Children and Young People's Experiences and Expressions of the Media</i>	Sara Pereira	Universidade do Minho
	<i>Climate Futures and Just Transformations: Young People's Narratives and Political Imaginaries</i>	Anabela Carvalho	Universidade do Minho
2021	<i>Migrations, Media and Activisms in Portuguese Language: Decolonising Mediascapes and Imagining Alternative Futures</i>	Rosa Cabecinhas, Julia Alves Brasil	Universidade do Minho
	<i>Glocal Feminist Movements: Interactions and Contradictions</i>	Carla Cerqueira, Célia Silva	Cooperativa de Formação e Animação Cultural e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
	<i>Youth, News and Digital Citizenship</i>	Maria José Brites, Teresa Sofia Castro	Cooperativa de Formação e Animação Cultural
	<i>Curiositas: Peeping Before Virtual Reality. A Media Archaeology of Immersion Through VR and the Iberian Cosmoramas</i>	Victor Flores, Susana Maria Martins	Cooperativa de Formação e Animação Cultural e Universidade Nova de Lisboa

Como se pode observar no quadro, dos oito projetos aprovados, seis têm a palavra “média” ou derivada no título, quatro desses títulos referem-se a crianças ou jovens, dois títulos referem questões de género/feministas – ou seja, jovens, média e género são os temas centrais, sendo o paradigma dominante o mediocêntrico e/ou jornalístico.

Ora, o desenvolvimento científico tem de ser livre e aberto, e não deve estar dependente de agendas políticas, ideológicas, disciplinares ou outras previamente definidas – como aconteceu, precisamente, na “ciência” pré-galilaica:

o desenvolvimento científico em Portugal, como em todos os países do mundo desenvolvido, foi tributário da liberdade e da autonomia dos investigadores e das instituições na definição da agenda, dos temas e dos problemas de investigação, em todas as áreas de conhecimento, das ciências fundamentais às ciências sociais e humanas. (Rodrigues, 2017, p. 24)

Note-se ainda que, dos oito projetos aprovados, três foram propostos pela Universidade do Minho (cujo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade [CECS] foi classificado com “excelente” na última avaliação das unidades de I&D pela FCT) e três pela Cooperativa de Formação e Animação Cultural, da Universidade Lusófona, sozinha ou em parceria (cujo Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias teve “bom” na última avaliação das unidades de I&D pela FCT); os outros dois projetos foram propostos pela Universidade da Beira Interior (cujo LabCom teve “muito bom” na última avaliação das unidades de I&D pela FCT) e pela Universidade de Coimbra (que não tem unidade de investigação na área). Conclui-se, assim, que a apresentação de um projeto por parte de uma unidade de I&D com “excelente” ou com “bom” vai dar exatamente ao mesmo na hora de ver aprovados ou reprovados os projetos de investigação...

Quando mudam os coordenadores (e os vogais) dos painéis, mudam as agendas e os paradigmas – e os vencedores de ontem tornam-se nos vencidos de hoje. O concurso de projetos da FCT torna-se, na linguagem irónica de um jovem investigador, a “raspadinha da investigação”: “com taxas de aprovação de 6%, onde 70% da avaliação resulta de opinião, é mesmo de sorte que estamos a falar, assumindo os concursos a forma de uma espécie de raspadinha da investigação” (Pereira, 2021, para. 10).

As bolsas de doutoramento e o emprego científico. Referindo-se ao “programa de bolsas para doutoramento e pós-doutoramento atribuídas pela FCT ao longo dos últimos anos”, que sobe até 2010–2011 e cai depois abruptamente, João Caraça (2020) diz o seguinte:

apelidada pomposamente nos meios dirigentes de “política científica”, certamente para deleite da paróquia e elevação da classe política, este importante ramo das políticas públicas carecia, no entanto,

da característica essencial de qualquer política de formação: estabilidade, ou, como agora se diz, “sustentabilidade”. Porquê? Porque o seu suporte provinha essencialmente de fundos comunitários e não de fundos próprios nacionais. Ou seja, dependia fundamentalmente da existência, volume e prioridades dessa fonte de financiamento externo. Não custa, pois, a compreender o desastre que mais cedo ou mais tarde estava anunciado. (p. 23)

O “desastre” não se refere apenas à diminuição brutal do número de bolsas que se seguiu ao período de abundância de fundos europeus, mas também – e sobretudo – à falta de uma estratégia de inserção dos jovens doutorados no mercado de trabalho, sobretudo quando o ensino superior, saturado de docentes e com escassez de estudantes, deixou de os absorver. Deste modo, os doutorados passaram a vegetar em universidades, laboratórios associados e unidades de I&D como mão de obra barata e precária.

A “solução” milagrosa encontrada pelos responsáveis pela ciência, tecnologia e ensino superior do nosso país foi o famoso “emprego científico”: as universidades contratariam os investigadores durante um certo período de tempo, com financiamento da FCT, assumindo depois essas universidades os encargos com o resto da carreira desses investigadores. No geral, o que as universidades têm vindo a fazer é aproveitar o tal financiamento temporário da FCT e despedir, depois, os investigadores...

Instaura-se, assim, uma contradição entre os fins e os meios. A precariedade perfila-se como um *output* inevitável da política de promoção de bolsas de doutoramento e de estímulo ao emprego científico da FCT de doutorados que a universidade não pode absorver, desde logo por falta de financiamento: “se as universidades já nem têm dinheiro para os salários dos seus professores de carreira, como podem contratar a tempo inteiro investigadores que a FCT produziu e não soube integrar na economia real?” (Fidalgo, 2018, para. 1).

Assim, o problema de fundo é antigo e permanece por resolver: como promover a inserção dos doutorados e dos investigadores no tecido económico nacional?

No que se refere ainda às bolsas de doutoramento, é nosso entendimento que elas deveriam ser atribuídas não a concorrentes individuais, mas às unidades de I&D, para captação de doutorandos com projetos interessantes para as mesmas. Do mesmo modo, as verbas canalizadas para os projetos de investigação individuais deveriam ser canalizadas para as unidades de I&D

enquanto entidades coletivas, e aplicadas em função da avaliação e do projeto de desenvolvimento destas últimas.

Para uma Nova Política de Gestão de Ciência Pela Fundação Para a Ciência e a Tecnologia

A reivindicação de uma nova política de gestão da ciência pela FCT tem sido, praticamente, uma constante desde a existência da Fundação. No caso concreto da área de ciências da comunicação, o diretor do CECS assinalava em 2012, em resposta a um conjunto de quatro questões colocadas pelo Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanas da altura¹, o facto de a FCT manter “uma lógica centralista na gestão da ciência”, não respeitando a “autonomia dos centros de investigação” e a “especificidade das áreas científicas”, sendo que “a comunidade académica de Ciências da Comunicação”, representada nesses centros e nas associações da área, “nunca foi ouvida sobre a política científica para o setor, mesmo quando explicitamente solicitou audição”. Por essa razão desconheciam-se, por exemplo, “os critérios que têm presidido à constituição dos júris de avaliação de bolsas, projetos e unidades de investigação” (Martins, 2012, p. 332).

Assim, os investigadores do CECS sugeriam que

as unidades de investigação, assim como a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), que é a única estrutura associativa de investigadores de Ciências da Comunicação, com expressão nacional, deveriam ser consultadas, especificamente, nas seguintes matérias: (a) - sobre a presença de um elemento da área no Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT (que é há muito tempo uma aspiração da área); (b) - sobre a política de constituição dos painéis de avaliação dos projetos e unidades de investigação, assim como sobre o coordenador dos painéis”. No entendimento dos investigadores do CECS, ambos os aspetos se lhes afiguram como “condições fundamentais para garantir a diversidade dos paradigmas e respeitar uma prática teórica e metodológica plural”. (Martins, 2012, pp. 332 – 333)

1 As questões colocadas pelo Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanas versavam os seguintes temas: “1) Processos de avaliação de bolsas, projetos e unidades I&D; 2) Papel da FCT no estímulo à pluridisciplinaridade; 3) Formas de cooperação institucional entre unidades de investigação da mesma área científica; 4) Formas de estímulo à apropriação social dos resultados de investigação” (Martins, 2012, p. 332).

Curiosamente – ou talvez não, se nos lembrarmos do dito popular sobre Frei Tomás – a crítica ao centralismo da FCT é também expressa, mais recentemente, por Miguel Seabra (2018), um dos mais conhecidos (e contestados) ex-presidentes da FCT, que exerceu o cargo entre 2012 e 2015, durante o governo da Troika:

o actual modelo de organização da FCT aproxima demasiado a gestão de ciência do poder político e afasta-a excessivamente da comunidade científica com a qual a instituição tem de trabalhar. (...) a FCT tornou-se demasiado burocrática, isolada, refém de fontes de financiamento e orçamentos anuais que dificultam a sua acção e não respondem adequadamente às necessidades da ciência. (...) A FCT deveria vir a ser reestruturada de forma a funcionar como um “Conselho de Investigação” (Research Council), dotado de autonomia administrativa, financeira e política, à semelhança do que se observa em diversos países da Europa e EUA. Noto que as universidades são já exemplos de instituições dotadas de autonomia e geridas por um Conselho Geral que inclui elementos da sociedade. (pp. 54–55)

Como se constata pelo depoimento dos investigadores do CECS que citámos atrás, entre 2012 e o momento em que escrevemos (2022) a prática de gestão da ciência pela FCT não mudou – ou, se mudou, foi para pior, restringindo cada vez mais o financiamento e sujeitando cada vez mais esse financiamento ao (nalguns casos suposto) impacto económico e social e ao desenvolvimento de determinadas agendas políticas e ideológicas, ou seja, a uma visão estreita e enviesada da ciência. Como referia já há alguns anos Martha Nussbaum (2010), “‘impacto’ é a palavra da moda da atualidade, e por ‘impacto’ o governo claramente quer dizer, acima de tudo, impacto económico. A investigação académica também é cada vez mais impulsionada pela demanda por ‘impacto’” (p. 128).

Referindo-se especificamente ao caso português e à FCT, dizem Maria de Lurdes Rodrigues e João Trocado da Mata (2021):

a política de ciência propriamente dita está concentrada na promoção do emprego científico e da formação avançada, o que permitirá continuar a dimensionar o sistema e a ganhar escala. Porém, o financiamento de projetos de investigação e das infraestruturas científicas e tecnológicas está dependente das prioridades do desenvolvimento. Diminuiu drasticamente o financiamento baseado na avaliação da qualidade e da competição, em favor do financiamento baseado em escolhas políticas. (...) A questão torna-se crítica para a ciência

quando estas iniciativas substituem um financiamento de base da investigação que garanta a produção de conhecimento como finalidade em si própria e quando as decisões de financiamento não obedecem aos princípios da avaliação e competição. A questão crítica é o abandono dos princípios da política de ciência. (p. 31)

Uma verdadeira política de ciência deve ser baseada, como dizíamos atrás, na liberdade e autonomia dos investigadores, implicando princípios básicos como os que a seguir se apresentam, e que foram em devido tempo realçados por autores como Karl Polanyi, Thomas Kuhn ou Paul Feyerabend:

1. Pluralismo gnosiológico – a ciência, a arte, a religião e o senso comum são diferentes formas de conhecimento, válidas num determinado contexto e não noutros, sendo que o conhecimento é sempre contextual;
2. Pluralismo epistemológico – as diferentes ciências têm o seu valor específico, pelo que são igualmente importantes as *hard sciences* e as *soft sciences*, as ciências da natureza e as ciências sociais e humanas, as ciências empíricas e as ciências lógico-matemáticas;
3. Pluralismo metodológico – são possíveis (e mesmo desejáveis) diferentes métodos ou “estilos de investigação”, muitas vezes pouco “científicos”. Para dar apenas três exemplos de cientistas com métodos muito diferentes, atente-se na experimentadora Marie Skłodowska Curie, no sonhador Albert Einstein, ou no filosofante Werner Heisenberg...

Como refere Feyerabend (1996), em texto sobre “teóricos, artistas e artesãos” que, de certo modo, resume aqueles princípios,

a ciência não contém um estilo de investigação, contém muitos. Este é um primeiro e bastante óbvio ponto de contato entre a tecnologia, as ciências e as artes. É muito mais substancial do que a conversa vaga e pantanosa sobre “criatividade científica”. Um segundo ponto de contato é que, seguindo os seus diferentes estilos de investigação, os cientistas desenvolveram diferentes visões sobre o mundo que nos rodeia. (p. 26)

Considerações Finais

Gostaria de concluir este texto com uma breve reflexão sobre um tema que está subjacente a muitas das nossas discussões sobre ciência: o da desvalorização epistémica das ciências sociais e humanas.

Esta desvalorização, que é praticamente da ordem do senso comum nas nossas sociedades, tem origem num equívoco partilhado pelos próprios cientistas que as praticam: o querer equipará-las, e mesmo identificá-las, com as chamadas “ciências duras” (*hard sciences*).

De facto, enquanto essas “ciências duras” têm um carácter cumulativo – ainda que, como mostrou Thomas Kuhn (1962), ele não seja nem linear nem contínuo –, as ciências sociais e humanas têm um carácter predominantemente contextual e reflexivo:

1. Contextual, na medida em que o seu objeto é sempre uma determinada realidade humana ou social (o “fenómeno social total”, como lhe chamava Marcel Mauss), diferente de outras realidades humanas ou sociais, pelo que o seu estudo constitui sempre o estudo de um caso, com possibilidades de generalização sempre problemáticas;
2. Reflexivo, porque os resultados do estudo de um determinado contexto, ao serem conhecidos, levam à transformação desse mesmo contexto, ou seja, e para utilizarmos (e invertermos) os termos de Marx, ao “limitar-se” a interpretar o mundo acabam por transformá-lo.

Em resultado deste equívoco, que consiste em equiparar ou identificar as ciências sociais e humanas com as ciências naturais, as primeiras acabam por mimetizar algumas das características destas últimas, nomeadamente a utilização de métodos e técnicas tendencialmente empíricos e quantitativos (esquecendo a importância do ensaio e da crítica) e a publicação praticamente exclusiva em língua inglesa – uma e outra do interesse das grandes revistas científicas indexadas na Scopus ou na Web of Science e das grandes editoras científicas.

Ora, ambas as características acabam por pré-determinar as ciências sociais e humanas no que se refere à escolha dos temas a investigar e às políticas de ciência a prosseguir pelos diversos países que não pertencem ao mundo anglo falante – que, deste modo, se submetem acriticamente aos temas e às políticas daqueles países, abdicando da sua liberdade e autonomia.

Referências

Borges, W. S., & Strefling, S. R. (2019). *A navalha de Ockham: Função lógica e critérios de aplicação* [Apresentação de comunicação]. XXI Encontro de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Caraça, J. (2020). Para que serve a política científica? In T. Brandão & M. E. Gonçalves (Eds.), *Ensaio sobre ciência, cultura e política científica* (pp. 21–27). Centro Nacional de Cultura.

Delicado, A. (2020). Desafios e oportunidades das associações científicas em Portugal. In T. Brandão & M. E. Gonçalves (Eds.), *Ensaio sobre ciência, cultura e política científica* (pp. 39–45). Centro Nacional de Cultura.

Feyerabend, P. (1996). Theoreticians, artists and artisans. *Leonardo*, 29(1), 23–28.

Fidalgo, A. (2015, 4 de setembro). Repensar a FCT. *Observador*. <https://observador.pt/opiniao/repensar-a-fct/>

Fidalgo, A. (2018, 25 de julho). Ciência e precariedade. *Observador*. <https://observador.pt/opiniao/ciencia-e-precariedade/>

Kuhn, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. University of Chicago Press.

Martins, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331–345). Confibercom; Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Nussbaum, M. (2010). *Not for profit: Why democracy needs the humanities*. Princeton University Press.

Pereira, H. S. (2021, 9 de agosto). O concurso de projetos da FCT: A raspadinha da investigação. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/08/09/opiniao/opiniao/concurso-projetos-fct-raspadinha-investigacao-1973491>

Polanyi, M. (1962). The republic of science: Its political and economic theory. *Minerva*, 1(1), 54–73.

Rodrigues, M. L. (2017). Políticas de ciência em Portugal nos 40 anos de democracia. *Revista CTS*, 36(12), 11–31.

Rodrigues, M. L., & Mata, J. T. (2021). Ciência. In R. P. Mamede & P. A. Silva (Eds.), *O estado da nação e as políticas públicas 2021: Governar em estado de emergência* (pp. 29–34). IPPS-ISCTE – Instituto para as Políticas Públicas e Sociais.

Seabra, M. (2018). Testemunho. In *FCT – 20 anos a apoiar a ciência e a tecnologia em Portugal* (pp. 54–55). FCT.

Serra, P. (2020, novembro). A política de ciência em Portugal: O défice de transparência e participação. *Newsletter da Sopcom*. <https://www.sopcom.pt/Newsletter/202011-Sopcom.html>